

Extensão ou Comunicação: Aspectos do Ensino Agrícola na Perspectiva da Formação do Técnico Agrícola para as Atividades de Extensão Rural¹

Marco Antônio Gomes dos Santos²

Irenilda de Souza Lima³

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

A extensão rural está em foco nas principais discussões sobre políticas agrárias no Brasil. No caso da educação técnica voltada ao trabalho do extensionista rural, as pautas giram em torno do abandono de um modelo calcado no racionalismo técnico-científico e no difusionismo de inovações, para um modelo pautado na comunicação dialógica, nos princípios agroecológicos e numa abordagem educativa como direito humano que leve em consideração as necessidades e particularidades da vida no campo. Neste artigo, ensaiamos breve discussão acerca das contradições que permeiam o ensino da Extensão Rural, particularmente em Pernambuco, a partir da abordagem da extensão como prática de comunicação e educação, fortalecida a partir dos estudos de Paulo Freire (1983) com a publicação do livro *Extensão ou Comunicação?* em 1969.

Palavras-chave: Comunicação dialógica; Ensino agrícola; Extensão rural.

Introdução

Em Pernambuco, as instituições que trabalham com assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares têm, em seus quadros funcionais, técnicos agrícolas oriundos principalmente das principais escolas agrotécnicas locais ou de estados vizinhos. Esses técnicos desempenham a competência profissional de extensionistas rurais. Nos contatos com essas instituições e esses indivíduos, surgiram indagações sobre como se deu a sua formação escolar para o desempenho dessa atividade e de que maneira o sistema de ensino público tem organizado o seu projeto político pedagógico considerando esse campo de desempenho profissional de seus egressos. Responder a essas indagações requer muito mais procedimento do que inicialmente encetaremos neste texto.

Para Lima, Pires e Botelho (2010), tem havido, ao que parece, uma inadequação no modelo vigente de educação direcionada para aqueles que pretendem continuar no campo,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: marcosantos743@gmail.com

³ Prof^a Dr^a Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Orientadora do trabalho. E-mail: irenilima2@gmail.com

como agricultores ou como profissionais, já que a grande maioria dos estudantes do ensino técnico são filhos e filhas de agricultores. Pelas análises já iniciadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE), foi possível perceber que a maioria dos técnicos agrícolas que exercem a função de extensionistas rurais atribui ao que chamam de “prática em exercício” ao tipo de aprendizado que tiveram que adquirir para o exercício profissional. As discussões atuais em torno dessa prática, no entanto, apontam que as atividades de extensão junto à população que vive no campo devem contemplar todas as exigências da extensão rural contemporânea, que, com respaldo oficial da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), de 2004, considera principalmente: a troca de saberes, a comunicação dialógica, a abordagem educativa e a perspectiva agroecológica.

Propomos, neste artigo, fazer algumas discussões acerca dessa contradição que permeia o ensino da Extensão Rural, particularmente no âmbito do ensino técnico profissionalizante em Pernambuco, a partir da abordagem da extensão como prática de comunicação e educação, fortalecida a partir dos estudos de Freire (1983), no livro *Extensão ou Comunicação?*, publicado originalmente, no Chile, em 1969.

Tem sido considerada complexa a questão da formação de técnicos agrícolas que possam estar identificados com as necessidades do campo profissional da agricultura familiar. Esse assunto tem alimentado as agendas dos encontros, comitês, fóruns e centros universitários que discutem a educação do campo, ao ponto de os movimentos sociais e a sociedade como um todo - conscientes dessa falta de atendimento às suas demandas - reclamarem por uma educação como direito humano. Esses setores vêm reivindicando e propondo um projeto que vise à educação do campo como projeto político e pedagógico coerente com a dimensão produtiva, pluriativa e multidimensional da agricultura familiar e da história de luta e resistência das populações que habitam os vários recantos do Brasil rural. Há necessidade de uma instância formativa cujo projeto pedagógico contemple as necessidades de apoio e intervenção para a agricultura familiar para a permanência no campo, mas uma permanência com qualidade de vida.

De Paulo Freire (1983) veio a inspiração para questionarmos o enfoque e o direcionamento político pedagógico de uma formação que, de tão ampla, vislumbra-se genérica quando voltada ao segmento da agricultura familiar, sem considerar que o campo não é homogêneo no seu próprio contexto e muito menos igual ao contexto urbano. Também temos em mente que há uma demanda específica para quadros profissionais

capacitados e em condições de oferecer o apoio imprescindível à agricultura familiar por meio da extensão rural e, portanto, há uma grande necessidade de formação profissional para essa área. E, nesse sentido, não almeja-se simplesmente uma formação como um treinamento, mas associado a isso está um elemento de qualidade que torna pertinente uma pergunta norteadora em termos do tipo direção para a proposta formativa requerida: extensão ou comunicação?

Dada a importância do legado teórico deixado por Freire, lembramos que nem sempre essa perspectiva teórica prevaleceu no meio acadêmico. Durante muito tempo, predominou o modelo difusionista, que norteou a prática da extensão rural no Brasil. O modelo difusionista era baseado na comunicação funcionalista e ainda hoje coexiste em muitos órgãos e instituições que trabalham com extensão rural com o modelo participativo, que veio a provocar reflexões sobre as práticas até então realizadas. No período da transição entre o difusionismo e o modelo contemporâneo a participação foi tema discutido de forma veemente e um dos legados teóricos dessa fase encontra-se em Juan Diaz Bordenave (1983) que no livro “O que é comunicação rural” defende que a comunicação rural tem um caráter peculiar, apesar de considerar o processo da comunicação humana como um processo universal. A peculiaridade da comunicação rural está justamente no fato da relação “muito complexa e marcante, que é a agricultura” (BORDENAVE, 1983, p. 11).

De fato, a perspectiva funcionalista, surgida da escola americana de comunicação, encontra-se, desde o princípio, acometida do vício de pensar que os meios de comunicação cumprem diferentes tipos de atividades (MATTELART, PICCINI e MATTELART, 1979), abordagem que é vista de forma negativa pela ideologia advinda dos estudos de marxismo frankfurtianos, que também sofrem críticas por pensar a comunicação como serviço de dominação ideológica da sociedade. Os estudos de comunicação latino-americanos contestam veementemente a visão da comunicação funcionalista em que emissor e receptor estão em polos antagônicos do processo de comunicação, sendo o segundo nada mais que um ser passivo frente às mensagens advindas do primeiro.

Para Jesus Martín-Barbero (1995), a recepção não figura-se apenas como uma etapa de um processo mecânico de comunicação, mas é outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro de comunicação. Por modelo mecânico, se entende aquele que nem há verdadeiros atores, nem verdadeiros intercâmbios, mas que a função da comunicação é fazer uma informação ir de um polo a outro. Nele a recepção é um ponto de chegada para

aquilo que já está concluído. Confundir a mensagem com o sentido da comunicação é um erro epistemológico grave. (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 39-40).

No difusionismo, baseado na Teoria de Difusão de Inovações, de Everett Rogers (2003), originalmente publicada em 1962, que é filha legítima da escola norte-americana de comunicação, a extensão rural era então descaracterizada do processo de comunicação dialógico, sendo encarada como um ato de estender um conhecimento a alguém que nada sabe e as estratégias comunicacionais atuavam no sentido de convencer o agricultor a adotar os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, propostos pelos extensionistas. (FREIRE, 1983; LIMA & ROUX, 2008).

No entanto, a grande contribuição teórica para a extensão rural brasileira veio, sem dúvidas, com o conceito de comunicação que foi dado por Paulo Freire a partir do livro *Extensão ou Comunicação?*, mas é recente sua consolidação no meio acadêmico brasileiro e são reconhecidas as suas recomendações nos diversos documentos oficiais que versam sobre a extensão rural, como foi o caso da Pnater (BRASIL, 2004). A obra de Freire foi uma das mais referidas para quem estuda o processo histórico e teórico da extensão rural no Brasil, justamente por que aproxima educação, comunicação e mundo rural.

Na história da educação para a população que vive no meio rural brasileiro, percebemos que a educação rural, por contextos socioculturais e políticos ligados às elites agrárias, sempre foi relegada a planos secundários e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária. (LEITE, 1999).

Partindo do pressuposto da importância da formação de extensionistas para o atendimento à demanda de apoio ao desenvolvimento local em contextos rurais, este trabalho de cunho introdutório tem o objetivo de analisar de que forma a extensão rural deve ser tratada nos programas de formação para técnicos agrícolas em Pernambuco.

Para tanto, reunimos algumas reflexões teóricas sobre o perfil do profissional solicitado pelas chamadas de concursos para ocupação do cargo de extensionista rural pelo órgão oficial que executa essas atividades no estado de Pernambuco, ou seja, o Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco (IPA). Procuramos analisar de que forma o ensino que prepara o aluno para a competência de extensão rural deve abordar alguns conteúdos, tendo em vista os alunos compreenderem a importância da comunicação dialógica e das orientações agroecológicas no enfoque educativo voltado a uma assistência técnica e extensão rurais contemporâneas.

Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa com a utilização de análise documental, com foco na Pnater de 2004⁴, em legislação leis sobre ensino e ainda na investigação nos documentos e editais ligados aos projetos pedagógicos de extensão rural. Também fazemos uma associação às observações diretas realizadas no âmbito das comunidades assistidas pelo IPA e pelas organizações não governamentais como Centro Sabiá, dentre outras.

A intenção é ainda que, com este estudo, possamos apresentar alguns elementos que possam orientar as discussões sobre o perfil formativo do extensionista rural e dos desafios e complexidade de um projeto formativo para esta atividade. Consideramos que o enfoque educativo da comunicação pelo diálogo e as orientações agroecológicas são assuntos necessários na realidade contemporânea, e que devem integrar os programas formativos de técnicos agrícolas viabilizando as competências de trabalharem como extensionistas rurais.

Aspectos do Ensino Agrícola

Mais do que centros de formação complementar ao ensino médio, as escolas agrícolas – ou colégios agrícolas – mantidos pelos governos federal, estadual ou vinculados aos municípios em todo o país, constituem-se em verdadeiros celeiros de aprendizagem e capacitação para jovens interessados nas coisas da terra. Responsáveis pela formação de técnicos capazes de atuar na produção de alimentos, nas atividades agropecuárias e demais aspectos relacionados ao ambiente rural, esses colégios, após longo período de poucos investimentos, voltam a ganhar notoriedade com as recentes discussões e ações governamentais no ensino técnico brasileiro. Esse tema também tem sido constatemente vinculado à perspectiva do desenvolvimento local.

Vale salientar que a escolha dos cursos, além de oportunidade para jovens do ambiente rural ou interessados em lidar profissionalmente como o meio, em muitos casos revela-se como a única chance para um ensino médio/técnico de qualidade, frente às dificuldades pelas quais passa a educação no Brasil, e principalmente no interior do país, onde a ausência do Estado se mostra mais aguda do que nas capitais e zonas litorâneas. Por isso, em todo o Brasil têm se fortalecido grupos de professores universitários, movimentos sociais, sindicatos e instituições de direito público reivindicando e lutando por inscrever,

⁴ Apesar das alterações feitas na Lei de Ater (Lei 12.188/2010), na qual foram suprimidos vários conteúdos da Pnater, por exemplo, a Agroecologia, acreditamos que esse é o documento mais democrático produzido para o tema, com uma profunda discussão sobre o modelo de assistência técnica e extensão rural que defendemos ser adotado no Brasil.

nas políticas de Estado, a obrigatoriedade do cumprimento da educação do campo como direito humano.

Um exemplo de como esse movimento vem se fortalecendo está na realização do II Seminário de Educação do Campo, ocorrido de 13 a 15 de junho de 2012, em Gravatá-PE, cujo objetivo foi finalizar um documento que deverá ser trabalhado politicamente para inscrever no Plano Estadual de Educação, um capítulo que coloque como obrigatório o direito da população do campo em ter acesso à uma educação contextualizada. Estiveram presentes mais de 400 pessoas, entre representantes dos municípios pernambucanos, movimentos sociais, associações e universidades. O evento culminou com a soma de cinco jornadas anteriores, quando a pauta foi justamente a política que trata da educação do campo como direito humano e dever do Estado.

A educação campestre, em todos os níveis de escolaridade, vem trabalhando no apoio à permanência de jovens e adultos no campo, desenvolvendo suas potencialidades locais e existenciais. A formação do técnico agrícola para o trabalho de assistência técnica e extensão está no âmbito dessas necessidades formativas em prol de uma sociedade contra a hegemonia estandardizadora, que lide com a natureza da agricultura familiar não somente na linha produtivista, mas também na perspectiva da pluriatividade e multidimensionalidade. A educação do campo que tenha uma relação entre projeto societário e educativo: educação para o campo, no campo e do campo.

Ainda sobre a educação do campo podemos dizer que se constitui em uma noção em construção, marcada pela necessidade de delimitação de seu território teórico incluindo a defesa do direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do seu local, da terra em que pisa e de sua realidade histórica (FERNANDES, 2004; QUEIROZ, 2006; CALDART, 2004). Essa visão acarreta uma compreensão da educação do campo interligada à temática do desenvolvimento local, das políticas públicas para o desenvolvimento agrário e estratégias de comunicação que considerem o agricultor como sujeito capaz de intervir e opinar na tomada de decisões e definição de políticas.

Quais as demandas para o técnico agrícola como extensionista rural? Além da formação, invoca-se a questão da empregabilidade. No que tange à assistência técnica e extensão rural, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), em seus últimos concursos realizados⁵, contratou mais de 130 servidores com exigência de diploma em técnico

⁵ Edital (2006) aberto por meio da Portaria Conjunta SARE/SPRRA nº 004, de 13/01/2006; Edital 2010 aberto por meio da Portaria Conjunta SAD / IPA nº. 036, de 20 de abril de 2010; Edital 2011 aberto por meio da Portaria Conjunta SAD/IPA 096, de 31 de agosto de 2011 – IPA, Recife PE, 2011.

agrícola, além dos editais para contratação temporária. A Lei Federal 12.188/2010, que prevê a modalidade de Chamada Pública⁶, contempla organizações que trabalham com agricultura familiar e essas, em muitas ocasiões, fazem contratação de técnicos para executar editais específicos e ainda mantêm seu quadro fixo de trabalhadores.

Um exemplo acerca desse campo de trabalho é a organização não governamental Centro Sabiá⁷, que emprega 22 técnicos de nível médio de várias especialidades como agrícola, agropecuária, zootecnia, agricultura familiar e Agroecologia, sendo que apenas três desses técnicos não são formados em escolas de Pernambuco⁸. Nas chamadas públicas e editais do IPA, observamos a exigência de cursos técnicos na área de agricultura/agropecuária.

As ações na área da agricultura familiar têm crescido gradativamente com financiamentos não apenas por parte dos governos federal e estaduais, mas também de instituições estrangeiras, o que tem aumentado significativamente a demanda por profissionais tanto de nível técnico quanto de nível superior interessados em trabalhar com o homem do campo. De acordo com Wanderlei (2009), a agricultura familiar é responsável historicamente pela ocupação do campo, tendo em vista o contraste entre o dinamismo dessas áreas e os vazios demográficos provocados pelos grandes latifúndios. O conhecimento do agricultor ainda é a primeira forma de preservação dos recursos naturais, bem como é responsável por realização de iniciativas inovadoras no que concerne à organização da produção e social.

No estado de Pernambuco, as escolas federais de nível médio que oferecem cursos técnicos ligados à agricultura/agricultura familiar fazem parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) através do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (Codai), e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSERTÃO).

⁶ A Chamada Pública é um processo para formalização de dispensa de licitação, prevista nos artigos 14, §1º, da Lei nº 11.947/2009 e 18, §1º, da Resolução nº 38, com procedimentos específicos, estabelecendo prioridades para contratar em razão das características do fornecedor.

⁷ O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental com sede no Recife-PE, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da Agroecologia. Descrição contida em: <http://www.centrosabia.org.br/> >> acessado em 25/06/2012.

⁸ Os dados obtidos através do Coordenador Geral do Centro Sabiá, Sr. Alexandre Henrique Bezerra Pires em 20/10/2011.

Considerados uma grande oportunidade profissional na vida da juventude rural e de demais interessados em atuar no campo, os colégios agrícolas devem ter métodos diferenciados de outras escolas/cursos de ensino técnico, tendo foco na realidade agrícola brasileira, respeitadas as regionalidades de onde se inserem, ou seja, no cenário onde predomina a agricultura familiar.

Além do conteúdo direcionado às temáticas do campo, as práticas desses centros se baseiam em pesquisa aplicada, visitas técnicas e participação dos alunos com a realidade rural. Embora mantenham distintas características particulares, os colégios agrícolas geralmente compartilham de infraestrutura composta por vasta área, quadras esportivas, locais de produção de mudas, espaços para criação e reprodução de animais, laboratórios, setores de processamento de alimentos, entre outras.

A partir do que descrevem os sites oficiais dos cursos do IFPE, podemos perceber uma preocupação com o preparo dos jovens para o mercado de trabalho, ligado às atividades rurais. Observando a descrição dos Cursos de Técnicos em Agricultura dos campi Vitória e Barreiros do IFPE, vemos que os egressos estão aptos a atuar em:

[...] atividades de preservação ambiental, controle de processos produtivos e da qualidade dos produtos. Em laboratórios e institutos de pesquisa. Em empresas de assessoria e acompanhamento agropecuário. Em empresas e indústrias que atuam no complexo agroindustrial. No desenvolvimento de empreendimentos agrícolas ou agroindustriais próprios. Em empresas de produção e comercialização de adubos, sementes, máquinas agrícolas e hortifrutigranjeiros.⁹

Os cursos técnicos, devido à desvinculação entre ensino médio e profissionalizante advinda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e do Decreto 2.208/97, que regulamenta as Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional e de Nível Técnico, são oferecidos como pós-médio, geralmente com duração de dois anos ou integrados ao ensino médio com duração de três a quatro anos, buscando garantir não apenas a formação técnica, mas também a formação ligada às humanidades, artes, e ciências da terra e da natureza.

A extensão rural, considerada no sentido da prática de educação-comunicação com produtores e moradores do campo (FREIRE, 1983), constitui-se como elemento fundamental de diálogo entre instituições e empresas e moradores e trabalhadores de

⁹ Descrição do Curso Técnico em Agricultura dos Campi Vitória e Barreiros do IFPE, disponível em: <http://vitoria.ifpe.edu.br/index.php?grp=16&pag=99> >> acesso em 14/10/2011.

comunidades inseridas no contexto rural. Por sua relevância nos assuntos da terra, o componente curricular tornou-se disciplina oficial em cursos de graduação e pós-graduação de importantes universidades federais e é objeto de estudo e de prática nas entidades ligadas ao campo, a exemplo de institutos e agências das esferas municipal, estadual e federal.

Não custa lembrar que as bases tecnicistas que, desde o período pós-guerra, marcaram a extensão rural no Brasil, ou seja, a Teoria da Difusão de Inovações e a Revolução Verde – profundamente influenciadas pela economia capitalista e preocupando-se tão somente com a produção em larga escala para fins econômicos e exportadores, usando-se insumos agroquímicos e sementes modificadas (LIMA e ROUX, 2008) – têm sido duramente criticadas, por não darem conta dos problemas do campo, bem como por excluírem de sua ótica de ação o pequeno agricultor.

Embora tenha conquistado importante espaço no conteúdo oficial de órgãos de pesquisa e setores que se relacionam com o cenário rural, além de instituições federais de ensino superior, a extensão rural ainda não parece ser o foco em muitas das escolas agrícolas nacionais. Em um rápido olhar sobre os colégios de Pernambuco, no que tange aos os cursos técnicos em agricultura, observa-se a ausência da extensão rural tanto como matéria de estudo quanto prática regular na vida escolar dos alunos.

Na matriz curricular dos cursos agrotécnicos do Codai/UFRPE¹⁰ e IFPE – campus Vitória e Barreiros – observamos a ausência de disciplinas específicas ligadas à extensão rural¹¹. O mesmo ocorre no Curso Técnico Integrado em Agricultura Familiar (IFPE - Vitória), em que, apesar de uma matriz curricular voltada para a formação propedêutica e técnica, não existe a disciplina específica de extensão rural¹², muito menos disciplinas ou conteúdos voltados às particularidades comunicação junto ao homem do campo.

Além da questão anterior, existe uma marca histórica nas questões educacionais na política brasileira. A situação de dualidade entre o ensino propedêutico destinado às elites e o ensino técnico destinado aos desfavorecidos, que ocorre desde os primórdios do ensino agrícola no país, estendendo-se pela década de 1930 e Estado Novo, com as Leis Orgânicas do Ensino, levadas a cabo pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema (SOARES E OLIVEIRA, 2005, p.175-176).

¹⁰ Matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária do CODAI/UFRPE.

¹¹ Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura dos Campi Vitória e Barreiros do IFPE.

¹² Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade Jovens e Adultos. PROEJA do Campus Vitória IFPE.

A política educacional brasileira, expressa na legislação aprovada a partir de dezembro de 1996, traduz inspiração advinda dos documentos do Banco Mundial que têm configurado as linhas mestras adotadas pelos países latino-americanos (idem, p. 175). Por outro lado, cabe destacar que a Pnater (2004) leva em consideração os resultados negativos que a racionalidade e mecanicidade da Revolução Verde trouxeram ao meio rural brasileiro. Assim, procura se afastar do paradigma difusionista – calcado na lógica de mercado e aumento da produtividade a qualquer custo – que ainda vem permeando boa parte das ações voltadas à Ater no Brasil. Outra característica importante da Pnater é a da busca pela promoção da equidade, do desenvolvimento local, focando suas ações prioritariamente sobre a agricultura familiar, que claramente é a mais necessitada em termos de assistência estatal (BRASIL, 2004).

Diante das reflexões levantadas, é conveniente questionar: de que forma a extensão rural deve ser trabalhada nos projetos políticos pedagógicos para a formação educativa em frente às expectativas de desempenho de técnicos em agricultura/agropecuária como extensionistas rurais?

Freire (1983) acredita que qualquer esforço de educação popular, seja no campo ou em contextos urbanos, deve se estabelecer a partir da comunicação de um sujeito com outro em torno do significado significante, de modo que se possa aprofundar a tomada de consciência da realidade. Para o estudioso, o mundo dos seres humanos se configura essencialmente num mundo de comunicação, onde não existem sujeitos passivos. “O que caracteriza a comunicação é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1983, p.45). O autor sugere que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p.46).

A partir dessa visão crítica da extensão, percebe-se a relação fundamental do termo com a educação e a comunicação enquanto processos dialéticos e dialógicos. Acreditamos, dessa forma, que o enfoque educativo da comunicação pelo diálogo e as orientações agroecológicas são princípios indispensáveis no projeto pedagógico para a formação de técnicos agrícolas voltados à extensão rural. Dentro dessa perspectiva, elencamos as abordagens que deveriam integrar as matrizes curriculares dos cursos em questão:

- a) Abordagem educacional: A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, conforme pondera Freire (1983), só pode realizar-se na práxis, na ação e na reflexão. Também na compreensão crítica das implicações da própria técnica. A

capacitação técnica, que não é adestramento, jamais pode ser dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele que o agrônomo julgue que ele deveria estar. O ensino técnico agrícola tem sido marcado, como outras áreas da ciência brasileira, por uma corrente racional-tecnológica (neotecnicismo), que, de acordo com Libânio (2005, p. 30), “está associada a uma pedagogia a serviço da formação para o sistema produtivo”. O neotecnicismo divide o ensino em “ensino por excelência”, voltado às elites dirigentes, e um “ensino tecnológico”, visando a desenvolver habilidades e destrezas para formar o técnico. Adotando o pensamento de Vygotsky (1989, apud Ramos) para quem o processo histórico de transmissão de conhecimentos é uma atividade mediada, pela qual se adquirem e se formam conceitos que terão um importante papel na aquisição de outros conceitos e formas de pensamento, vemos que entidades tanto públicas quanto civis e governamentais continuam a se organizar para cobrar do Estado, uma política um ensino contextualizado com a realidade humana dos grupos sociais, principalmente no caso da educação voltada a contextos específicos como o indígena, o rural, o quilombola e outros grupos que vivem realidades diferenciadas em sua relação com a terra;

- b) Comunicação pelo diálogo: o processo comunicativo voltado ao campesinato padeceu historicamente de uma visão ligada à modernização do campo, mas que procurava deixar intactas as estruturas sociais advindas do passado histórico da monocultura e da agroexportação. As ações da extensão foram concentradas nas mãos de poucos agricultores detentores de recursos para adoção dos pacotes tecnológicos, ficando o pequeno agricultor excluído da ótica dessas ações.

A partir de Paulo Freire, Callou (2006) afirma que surge um novo sentido para a extensão rural que passa a incorporar a dimensão de comunicação dialógica dentro de seu campo semântico. O significado da extensão proposto por Freire ia de encontro às ações realizadas pelos técnicos e instituições voltadas para o desenvolvimento rural, e vislumbrava a participação dos beneficiários das atividades extensionistas na famigerada leitura da realidade. Os dois polos da ação comunicativa teriam que dialogar entre si. Isso implicava uma atitude político-democrática em tempos de ditadura (CALLOU, 2006, p. 98-99).

Consideramos ser necessário e pertinente tratar de um modelo de comunicação coerente com o tipo de abordagem extensionista que se deseja realizar. A inclusão de

conteúdos que tratem de comunicação pelo diálogo nos cursos técnicos serve para formar o técnico na perspectiva de não apenas levar conhecimentos, mas de ser um agente de mudança social. A partir do momento em que se considera o agricultor assistido como pessoa capaz de dialogar sobre os conhecimentos da terra, é possibilitado ao mesmo se colocar como sujeito e coparticipante do processo de decisão sobre quais as necessidades mais importantes que devem ser atendidas, não apenas em termos de políticas educacionais, mas sobre “o que”, “como”, “para que” e “para quem” produzir? A questão da comunicação dialógica caminha intimamente ligada à questão do desenvolvimento local, que é entendido por Tauk Santos e Callou (2006) como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para populações local, mobilizando capacidades e energias endógenas”. Também podemos afirmar que a comunicação pelo diálogo está coerente com a abordagem construtivista também desejada nos princípios da extensão rural (LIMA, 2010).

- c) Enfoque agroecológico: a perspectiva do desenvolvimento sustentável surge como novo foco em várias atividades humanas e não poderia se diferente para a formação de profissionais da extensão rural. A própria Pnater de 2004 tem como eixo orientador de suas ações, os princípios da Agroecologia. Apesar disso, a sociedade civil que participou ativamente do processo de elaboração da Pnater, resultante de um amplo debate entre a sociedade civil e as esferas governamentais, acompanha atualmente um retrocesso paradigmático das políticas públicas, com a nova Lei de Ater – 12.188/2010, que retira do texto ações baseadas nos princípios agroecológicos. Mas os princípios agroecológicos estão na pauta da sociedade contemporânea ao contemplarmos o que aconteceu no RIO +20 recentemente encerrada no Brasil. A despeito dos líderes dos países mais economicamente desenvolvidos (G8 e G20) continuarem pautando por um desenvolvimento focado apenas no consumismo e nas leis de mercado, os fóruns paralelos realizados pela sociedade civil e organizações, bem como entidades participantes do debate principal marcaram o evento na luta pela sustentabilidade e pelos princípios elencados na Agroecologia. E resgatando a importância os princípios agroecológicos Caporal nos lembra que a Pnater de 2004:

[...] enfatizava que a Ater deveria atuar com “na promoção do desenvolvimento rural sustentável e no apoio a processos de transição agroecológica para o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis, baseadas nos princípios da Agroecologia.” Assim, a Pnater 2004 se constituiu na primeira política pública da

esfera federal a incluir a Agroecologia como uma ciência orientadora para as ações de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola do nosso país. (CAPORAL 2011, p. 2).

Diante dos princípios vinculados à abordagem educativa, a comunicação pelo diálogo e aos valores agroecológicos, como elementos exigidos para a extensão rural contemporânea, ponderamos sobre a incompatibilidade do ensino técnico agrícola existente em Pernambuco. Ou seja, se os extensionistas rurais contratados pelas organizações públicas, privadas e não-governamentais no Estado vêm principalmente dessa formação tecnicista, como podemos imaginar que seja a forma que se comunicam com os agricultores? Como abordam os agricultores como educadores do campo e como assessoram-os em práticas de orientação agroecológicas?

A proposta da extensão que almejamos está coerente com comunicação pelo diálogo e de um tipo de educação a partir de trocas simbólicas, como observamos em Freire (1983), vemos que o ensino agrícola, no Estado, carece de reforma urgente que inclua a extensão rural como disciplina básica do currículo. Também cabe aos contratantes a preocupação, em suas diretrizes, com a capacitação desses técnicos nos princípios contemporâneos da extensão, seja em nível de aperfeiçoamento profissional ou de estudos acadêmicos.

Considerações Finais

A razão da escolha desse tema reside no fato de julgarmos de grande pertinência, de associarmos educação e desenvolvimento e especificamente associarmos o desenvolvimento rural a formação de extensionistas rurais. Relacionamos também o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar a processos de apoios e neste aspecto um desses apoios importantes está na assistência técnica e extensão rural. E um dos principais agentes de transformação no campo é o extensionista rural porque vivemos no país com forte vocação agrária.

Além disso, é importante analisar se os princípios da Lei de Ater têm sido abordados de forma coerente, bem como quais as inspirações ideológicas dos cursos que têm como objetivo a formação de força de trabalho técnica, para lidar com as questões pertinentes ao meio rural brasileiro. Uma vez que muitos dos jovens estudantes dos colégios agrícolas buscam uma formação coerente com as possibilidades de melhorias do meio em que vivem seus familiares, uma pesquisa maior trará a perspectiva do desenvolvimento local atrelada à extensão rural, relação que julgamos fundamental.

Acreditamos que a pesquisa acerca do objeto permitirá não inventar uma teoria para provar o caráter inovador, mas descobrir características da temática a partir do estudo de caso particular, a fim de assegurar a cientificidade da realidade empírica, a exemplo do que defende Bourdieu (1996), quando afirma que o pesquisador deve procurar as diferenças que separam as estruturas e disposições nas particularidades de histórias coletivas diferentes. Para o autor, “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e dotada, para construí-la, porém, como caso particular do possível” (BOURDIEU, 1996, p.15).

A comunicação dialógica, os princípios agroecológicos e a educação como direito humano são pontos basilares para uma mudança qualitativa na formação educacional e profissional dos estudantes tendo em vista enfrentar a crise do modelo de civilizatório atual, calcado no consumismo e nas leis de mercado, que além de não dar conta de resolver problemas humanos como a fome, tem passado por seguidas crises nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papiurus, 1996.

BRASIL. Lei n.º 12188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, ano CXLVII, n. 7, 12 jan., 2010. Seção 1. pag. 1.

BRASIL. MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Brasília DF, 2004.

CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALLOU, A. B. F. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006, p 81-113.

CALLOU, A. B. F. e TAUK SANTOS, M. S. **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R. **Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, nº 1, v.04, Ago/Dez, 2011 p. 23-33.

FERNANDES, B. M e MOLINA, M.C. O Campo da Educação do Campo. In MOLINA, M.C e JESUS, S. M.(orgs). **Por uma Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Brasília, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIBÂNIO, J. C. As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas Pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNIO, J. C. e SANTOS, A. (Orgs.). **Educação na era do conhecimento e rede e transdisciplinaridade**. Campinas-SP: Alínea, 2005, p. 19-62.

LIMA, I. S. e ROUX, B. **As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil**. In: Comunicación, tecnología Y desarrollo. 1ª ed. Rio Cuarto: Universidade Nacional de Rio Cuarto, 2008.

LIMA, I. S.; PIRES, A.H.B e BOTELHO, L.C. **A Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural e a Formação de Agricultores**. Trabalho apresentado no GP- Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (DT7), X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul. 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. de (Org.). **Sujeito, o lado oculto de receptor**. São Paulo: USP/ECA/Brasiliense, 1995. PP. 39-68.

Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura dos Campi Vitória e Barreiros do IFPE, 2010.

Matriz curricular do Curso Técnico em Agricultura Familiar na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA, do Campus Vitória IFPE,

Matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária do CODAI/UFRPE, 2004.

PERNAMBUCO. Edital do Instituto Agrônomo de Pernambuco – Portaria Conjunta SARE/SPRA nº 004, de 13/01/2006 – IPA, Recife PE, 2006.

PERNAMBUCO. Edital do Instituto Agrônomo de Pernambuco – Portaria Conjunta SAD / IPA nº. 036, de 20 de abril de 2010 – IPA, Recife PE, 2010.

PERNAMBUCO. Edital do Instituto Agrônomo de Pernambuco – Portaria Conjunta SAD / IPA nº. 096, de 31 de agosto de 2011 – IPA, Recife PE, 2011.

QUEIROZ, J. B. P. Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS): origem e expansão no mundo, no Brasil e no Centro-Oeste. In ; QUEIROZ, J. B.P; COSTA e SILVA, V. C. e PACHECO, Z. (ORG). **Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo**. Goiânia: Ed UCG. Brasília, Ed. Universa, 2006, p. 15-34

RAMOS, M. N. **A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais**. In: Educação & Sociedade, vol. 23, n. 80, set/2002, p. 401-422.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5ed. Nova York: Free Press, 2003.

SOARES, A. M. D. & OLIVEIRA, L. M. T. Ensino técnico agropecuário: “novas perspectivas ou uma velha receita”? In: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, pp. 175-189.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-47.